

**REFLEXOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NOS INDICADORES
SOCIAIS DE MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE**

*REFLECTIONS OF THE BOLSA FAMÍLIA PROGRAM IN SOCIAL
INDICATORS OF SMALL CITIES*

**Rafael Klein Moreschi
Leandro Neuhaus
Eliane Rita Solivo
Sirlei Favero Cetolin**

Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC

kleinmoreschi@bol.com.br, leandroneuhaus@gmail.com, eliane.rita@hotmail.com,
sirlei.cetolin@unoesc.edu.br

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar os reflexos do Programa Bolsa Família nos indicadores sociais de municípios brasileiros de pequeno porte. Sendo que o mesmo justifica-se principalmente pela necessidade de se investigar os resultados trazidos pelo Programa Bolsa Família, desde a sua implantação até os dias atuais. A pesquisa realizada foi do tipo quali-quantitativa. Este trabalho adotou, ainda, a estratégia do estudo de caso, que foi apoiada pela pesquisa exploratória. Utilizaram-se dados secundários que foram obtidos principalmente por meio das seguintes fontes: Atlas Brasil e Federação Catarinense de Municípios. A apresentação dos dados e a análise dos resultados se deram por meio de técnicas estatísticas e análise de conteúdo. Durante o processo de pesquisa documental emergiram as categorias de análise deste estudo (Saúde, Educação e Assistência Social). Por fim, verificou-se que o Programa Bolsa Família teve reflexos positivos significativos nos indicadores sociais dos municípios brasileiros de pequeno porte.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família. Indicadores Sociais. Municípios de Pequeno Porte.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the impacts of the Bolsa Família Program in the social indicators of small cities. Being justified mainly by the need to investigate the results brought by the Bolsa Família Program, since its inception to the present day. The research was qualitative and quantitative type. This study also adopted the strategy of the case study, which was supported by exploratory research. We used secondary data which were obtained mainly through the following sources: Atlas Brazil and Santa Catarina Federation of Cities. Data presentation and analysis of results is given by means of statistical techniques and content analysis. During the process of documentary research emerged categories of analysis in this study (Health, Education and Welfare). Finally, it was found that the Bolsa Família program had significant positive effects on social indicators of small cities.

Keywords: Bolsa Família Program. Social Indicators. Small Cities.

INTRODUÇÃO

Evidenciam-se atualmente diversos movimentos contrários ao Programa Bolsa Família. No entanto, percebe-se por meio de estudos que, de fato, os indicadores sociais brasileiros tiveram significativa melhora a partir do ano de 2004, após a implementação deste programa. Segundo Monteiro et al (2010) dentre estes indicadores destacam-se: diminuição da taxa bruta de mortalidade e mortalidade infantil, o aumento da esperança de vida ao nascer, diminuição do analfabetismo, aumento da média de anos de estudo da população, aumento dos investimentos em educação, aumento dos gastos em saúde, aumento da cobertura de serviços públicos e de infraestrutura social, o aumento das famílias com posse de bens duráveis, a queda da população pobre e indigente, o aumento da renda dos pobres, a queda da concentração de renda.

Nesta perspectiva, realizou-se uma pesquisa em fontes de dados secundárias, considerando o período de 2000 a 2010, pré e pós implementação do Programa, com objetivo de analisar os reflexos do Programa Bolsa Família nos indicadores sociais de municípios brasileiros de pequeno porte. Destaca-se que o interesse em aprofundar os conhecimentos sobre o tema proposto surgiu no decorrer das aulas da disciplina de Gestão Social, no curso de Mestrado Profissional em Administração da Universidade do Oeste de Santa Catarina.

Os temas pobreza e desigualdade social ocupam lugar de destaque na agenda política de forma mais intensa desde 1990, sendo que ambas, tanto a pobreza, quanto a desigualdade social, têm-se mostrado um sério problema para a sociedade. Nesse sentido, foram criadas diversas políticas públicas com intuito de combatê-las ou minimizá-las. Dentre essas políticas públicas, destacam-se os programas de transferência de renda, no qual o Programa Bolsa Família se insere desde o ano de 2004. (MONTEIRO et al, 2010).

O Programa Bolsa Família surgiu, justamente, com a finalidade de promover a unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal. Portanto, constitui-se em um programa de transferência de renda que visa diminuir as desigualdades sociais (BRASIL, 2004).

De acordo com Silva, Yazbek e Giovanni (2007) são considerados programas de transferência de renda aqueles destinados a efetuar transferência monetária, independentemente de prévia contribuição, a famílias pobres, assim consideradas a partir de um determinado corte de renda per capita familiar. No caso do Programa Bolsa Família este corte divide às famílias em extremamente pobres, que são aquelas que têm renda per capita de até R\$ 77,00 (setenta e sete reais), e pobres, que são aquelas que têm renda per capita de até R\$ 154,00 (cento e cinquenta e quatro reais).

Desta forma, o Programa foi criado para garantir uma “alimentação mínima” para as famílias que estão na pobreza e extrema pobreza no Brasil, ou seja, o Bolsa Família possui um significado real para os beneficiários, uma vez que para muitas famílias pobres do Brasil, esse Programa é a única possibilidade de obtenção de uma renda (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2007).

Neste contexto, este estudo justifica-se principalmente pela necessidade de se investigar os resultados trazidos pelo Programa Bolsa Família, desde a sua implantação até os dias atuais, a fim de demonstrar que o mesmo trata-se de um mecanismo no combate à pobreza e às desigualdades sociais. Ou seja, buscou-se durante o estudo correlacionar os indicadores sociais de municípios de pequeno porte à implementação do Programa Bolsa Família.

Destaca-se que foram encontrados poucos artigos científicos que correlacionem o desenvolvimento dos indicadores sociais de municípios de pequeno porte à implementação do Programa Bolsa Família. Levando-se em consideração que a maior parte dos municípios brasileiros é de pequeno porte, faz-se de suma importância a realização de estudos que abordem esta temática, sobretudo enfatizando os reflexos do Programa Bolsa Família nestas localidades.

Destarte, esta carência de bibliografia a respeito da temática, mostra-se também como uma importante justificativa para o estudo.

Este artigo foi organizado da seguinte forma: além desta introdução, na seção 2 apresentam-se ideias e construtos teóricos relacionados aos indicadores sociais e ao programa bolsa família; na seção 3 abordam-se o caso de pesquisa e a metodologia aplicada; na seção 4 são apresentados e analisados os dados, bem como discutidos os resultados da pesquisa; e na seção 5 evidenciam-se as considerações finais.

INDICADORES SOCIAIS E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013) os municípios de pequeno porte podem ser classificados por meio de duas subdivisões, a saber: Municípios de Pequeno Porte 1: até 20.000 habitantes e Municípios de Pequeno Porte 2: de 20.001 até 50.000 habitantes. Levando-se em consideração apenas a primeira subdivisão, ou seja, dos municípios de até 20.000 habitantes, o Brasil possui 3.850 municípios enquadrados nesta categoria, isto é, 69,12% do total de municípios brasileiros, que somam de acordo com o último levantamento realizado pelo IBGE, em 2013, um total de 5.570 municípios. Ao elevar-se a categoria para a segunda subdivisão, ou seja, considerando os municípios de até 50.000 habitantes, tem-se, um total de 4.931 municípios enquadrados como de pequeno porte, isto é, 88,53% do total de municípios brasileiros são considerados como de pequeno porte.

Considerando que a maioria dos municípios brasileiros é de pequeno porte e que os mesmos enfrentam sérios problemas no que tange à Gestão de Políticas Sociais, faz-se de suma importância utilizar-se de mecanismos que possibilitem a mensuração dos resultados das Políticas Sociais desenvolvidas pelos municípios, sendo que os mecanismos mais utilizados atualmente são os Indicadores Sociais. O surgimento dos indicadores sociais está intimamente ligado à consolidação das atividades de planejamento do setor público, sendo que o desenvolvimento desta temática é recente, datando de meados da década de 60, onde iniciaram as tentativas de organização de sistemas mais abrangentes de acompanhamento das transformações sociais e mensuração do impacto das políticas sociais nas sociedades desenvolvidas e subdesenvolvidas (BUSTELO, 1982).

Nesta época começaram a se intensificar as evidências do descompasso entre crescimento econômico e melhoria das condições sociais da população, pois mesmo com o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), continuavam elevados os níveis de pobreza e acentuavam-se as desigualdades sociais em vários países. Sendo assim, percebe-se, que o crescimento econômico não é suficiente para garantir o desenvolvimento social e, conseqüentemente, que o PIB não se mostra adequado para medir o desenvolvimento de um país, pois leva em consideração apenas o critério econômico de geração de renda (riqueza), sem se preocupar com a forma que esta renda é distribuída, ou seja, sem levar em consideração que esta renda fica concentrada nas mãos de poucos, o que contribui para o aumento das desigualdades sociais (SEN, 2010).

Para Sen (2010) é inadmissível um mundo dito globalizado ainda deparar-se com tamanha desigualdade social, onde a pobreza e a fome ainda são problemas corriqueiros e que afetam a grande maioria, para não dizer todos, os países. Estas distorções apontam para um novo modelo de desenvolvimento, que leva em consideração principalmente a melhoria das condições de vida das pessoas.

Neste contexto, os Governos passaram a preocupar-se de maneira mais efetiva com as questões sociais, pensando em formas de se mensurar o desenvolvimento local, não apenas por meio do PIB, mas por meio de indicadores que fossem capazes de considerar, também, a evolução social. Desta forma, diversos municípios passaram a demandar com maior frequência uma série de indicadores sociais às agências estatísticas, empresas de consultoria e outras

instituições ligadas ao planejamento público, com o objetivo de subsidiar a elaboração de políticas públicas municipais (JANNUZZI; PASQUALI, 1999).

Certamente os indicadores sociais podem ser de grande utilidade para os diversos agentes e instituições envolvidos na definição das prioridades sociais. Se utilizados de maneira correta, os indicadores sociais podem enriquecer a interpretação da realidade social e orientar de forma mais eficiente a análise, formulação e implementação de políticas sociais. Na definição das prioridades sociais, os indicadores sociais podem contribuir no apontamento das carências a atender nas diversas áreas de intervenção (JANUZZI, 2002).

Ante ao exposto, pode-se chegar a um conceito aceitável de indicador social, que é uma medida quantitativa dotada de significado social relevante, usado para substituir ou quantificar um conceito social. É um recurso que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão ocorrendo na mesma. Os indicadores sociais dão suporte às atividades de planejamento público e formulação de políticas sociais, possibilitando o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população. Em suma, o indicador social é um instrumento para monitoramento da realidade social, para fins de formulação e reformulação de políticas públicas. Os indicadores sociais podem ser classificados de acordo com as diversas aplicações a que se destinam. A classificação mais utilizada é a divisão dos indicadores conforme a área temática da realidade social a que se referem. Desta forma, existem os indicadores: de saúde, educacionais, de mercado de trabalho, demográficos, habitacionais, de segurança pública e justiça, de infraestrutura urbana, de renda e desigualdade, dentre outros (CARLEY, 1985).

Percebe-se, portanto, que os indicadores sociais não servem apenas para mensurar os resultados das políticas sociais implementadas pelo Governo, mas também como uma ferramenta de monitoramento, e o mais importante, de aporte para formulação e reformulação de políticas sociais, mostrando-se ainda como um mecanismo que dá suporte à definição das prioridades sociais, ou seja, o Governo deve trabalhar para melhoria contínua dos indicadores sociais, por meio de investimentos consistentes e oportunos. Sachs (2005) corrobora com este contexto deixando claro o importante papel do Governo na melhoria das condições sociais, enfatizando que o setor público deveria concentrar principalmente em cinco tipos de investimento: capital humano, infraestrutura, capital natural, capital público institucional e partes do capital do conhecimento.

Os miseráveis carecem dos seis principais tipos de capitais, são eles: capital humano, capital empresarial, infraestrutura, capital natural, capital público institucional e capital de conhecimento. Cada um destes seis tipos identificados de capital é necessário para uma economia eficaz e em bom funcionamento (SACHS, 2005).

Sachs (2005) defende, ainda, que o Governo, em situações em que a família se encontre em extrema pobreza, ofereça subsídios financeiros à mesma. Porém, defende que estes subsídios sejam aplicados diretamente nos negócios destas famílias, objetivando ajudar a dar início a atividades com base no mercado. Depois que as famílias conseguirem elevar suas rendas acima da subsistência e começarem a acumular poupanças por si mesmas, os subsídios governamentais poderão ser gradualmente retirados.

Encontra-se aqui uma estreita relação com o Programa Bolsa Família implantado pelo Governo Federal Brasileiro no ano de 2004, uma vez que os objetivos básicos do Programa Bolsa Família, em relação aos seus beneficiários, são: I - promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social, II - combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional, III - estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza, IV - combater a pobreza e, V - promover a intersetorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do Poder Público (BRASIL, 2004).

O Programa Bolsa Família atua por meio de três dimensões: transferência de renda, acompanhamento de condicionalidades e articulação de programas complementares, as quais se propõem a enfrentar aspectos da pobreza, garantindo, respectivamente, o acesso à renda, aos serviços sociais básicos e a ações de desenvolvimento das capacidades das famílias para superação da condição de vulnerabilidade (LÍCIO, 2013).

Cabe ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome a coordenação, a gestão e a operacionalização do Programa Bolsa Família, que compreende a prática dos atos necessários à concessão e ao pagamento de benefícios, a gestão do Cadastro Único do Governo Federal, a supervisão do cumprimento das condicionalidades e da oferta dos programas complementares, em articulação com os Ministérios setoriais e demais entes federados, e o acompanhamento e a fiscalização de sua execução (BRASIL, 2004).

O ingresso das famílias no Programa Bolsa Família ocorre por meio do Cadastro Único do Governo Federal, conforme procedimentos definidos em regulamento específico. Sendo que as famílias elegíveis ao Programa Bolsa Família, identificadas no Cadastro Único do Governo Federal, poderão ser selecionadas a partir de um conjunto de indicadores sociais capazes de estabelecer com maior acuidade as situações de vulnerabilidade social e econômica, que obrigatoriamente deverá ser divulgado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2004).

O Cadastro Único é a única fonte que traz informações detalhadas sobre as famílias mais pobres em todo o País. Ele permite que o poder público saiba quem são, onde moram, quais as características dos seus domicílios, sua idade, escolaridade e informações sobre trabalho e renda, entre outras. Tal instrumento permite ao poder público identificar as famílias mais vulneráveis para, então transferir renda para elas, matricular seus integrantes em cursos profissionalizantes, oferecer-lhes serviços de assistência técnica e extensão rural, dar-lhes acesso à água ou a tarifas reduzidas de energia elétrica. O cadastramento é feito por todos os municípios do Brasil, o que é um dos elementos que conferem centralidade aos entes municipais no plano. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2011).

Constituem benefícios financeiros do Programa Bolsa Família: I - benefício básico - destina-se a unidades familiares que se encontrem em situação de extrema pobreza, II - benefício variável - destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza ou extrema pobreza e que tenham em sua composição: gestantes, nutrizes, crianças entre zero e doze anos, ou adolescentes até quinze anos e, III - benefício variável de caráter extraordinário - constitui-se de parcela do valor dos benefícios das famílias remanescentes dos Programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás que, na data da sua incorporação ao Programa Bolsa Família, exceda o limite máximo fixado para o Programa Bolsa Família (BRASIL, 2004).

O Programa Bolsa Família propõe algumas condicionalidades que a família se compromete a cumprir, tais como, a manutenção das crianças e adolescentes em idade escolar frequentando a escola e os cuidados básicos em saúde, ou seja, o calendário de vacinação, para as crianças menores de 7 anos, e a agenda pré e pós-natal para as gestantes e mães em amamentação, além da participação em atividades e programas complementares oferecidos pelos municípios (MONTEIRO et al, 2010).

Em 2014 o valor do benefício básico do Bolsa Família foi reajustado em 10%, passando de R\$ 70 para R\$ 77 mensais. A correção também vale para os benefícios variáveis do programa, pagos a famílias que tenham crianças ou adolescentes até 15 anos, gestantes ou bebês de até 6 meses. Nesses casos, o valor subiu de R\$ 32 para R\$ 35. Esses benefícios variáveis são limitados a cinco por família, atingido o valor máximo de R\$ 175, e todos os integrantes devem ser registrados no Cadastro Único do Governo Federal. Para o benefício variável vinculado a famílias que tenham adolescentes entre 16 e 17 anos, o valor passou de R\$ 38 para R\$ 42, até o limite de dois por família (LOURENÇO, 2014).

Também houve alteração nos valores que definem a situação de pobreza e extrema pobreza para entrada no rol de beneficiários do Bolsa Família. Antes, o programa atendia famílias com renda per capita de até R\$ 140 mensais. O teto agora foi alterado para R\$ 154. Para o cálculo de famílias em situação de extrema pobreza, antes o governo considerava renda per capita mensal até R\$ 70 e agora vai incluir famílias que tenham renda mensal por pessoa até R\$ 77. As famílias nessa situação têm direito a uma complementação, mesmo após o recebimento dos outros benefícios, para chegar à renda mensal per capita de R\$ 77,01 e ultrapassar o limite da extrema pobreza (LOURENÇO, 2014).

A concessão dos benefícios do programa bolsa família tem caráter temporário e não gera direito adquirido (BRASIL, 2004).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica, utilizando-se principalmente de artigos científicos extraídos de Bases de Dados (EBSCO, SCIELO e SPELL), visando a fundamentação teórica do estudo. Segundo Vergara (1998, p. 46) a pesquisa bibliográfica “é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral”.

Posteriormente realizou-se uma pesquisa documental em documentos como: a) Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004 – Que trata da lei de criação do Programa Bolsa Família e, b) Decreto nº 5.209 de 17 de setembro de 2004 – Que trata do decreto de regulamentação da lei supracitada. De acordo com Vergara (1998, p. 46) a pesquisa documental “é a realizada em documentos conservados no interior de órgãos públicos e privados de qualquer natureza, ou com pessoas”.

Para a coleta dos dados foram utilizadas fontes secundárias, principalmente o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 e a Federação Catarinense de Municípios (FECAM), de onde se extraíram os indicadores sociais e os dados referentes ao Programa Bolsa Família de todos os municípios da Associação dos Municípios do Entre Rios (AMERIOS). Ressalta-se que a escolha por esta região deve-se ao fato da mesma ser composta inteiramente por municípios de pequeno porte, o que vem ao encontro do objetivo deste estudo. Salienta-se que os indicadores foram analisados (comparados entre si no tempo), e os dados referentes ao programa bolsa família serviram de norteadores deste processo de análise. Cabe ressaltar, ainda, que ao trabalhar-se com fontes de dados secundárias é importante eleger bancos de dados oficiais de instituições de reconhecimento público, por este motivo é que elegeram-se as fontes supracitadas.

A seguir é apresentada uma breve caracterização da Associação dos Municípios de Entre Rios, objetivando principalmente uma maior aproximação da Região objeto de análise deste estudo. Ressalta-se que tais informações foram retiradas diretamente do site da AMERIOS, acessado em 28 de agosto de 2014.

Fundada em 11 de dezembro de 1995, a AMERIOS é uma entidade com personalidade jurídica sem fins lucrativos. Seu principal objetivo é promover a integração administrativa, econômica e social dos municípios que a compõem, regendo-se por seu Estatuto. A sede localiza-se na cidade de Maravilha/SC, que é a cidade polo (AMERIOS, 2014).

Atualmente são dezessete municípios filiados a AMERIOS: Bom Jesus do Oeste, Caibi, Campo Erê, Cunha Porã, Cunhataí, Flor do Sertão, Iraceminha, Maravilha, Modelo, Palmitos, Riqueza, Romelândia, Saltinho, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Saudades e Tigrinhos (AMERIOS, 2014).

Basicamente, estes municípios abrangem uma extensão territorial de aproximadamente dois mil, oitocentos e cinquenta quilômetros quadrados com uma população de cento e sete mil,

novecentos e sessenta e cinco habitantes, situada entre o Rio das Antas e o Rio Chapecó (AMERIOS, 2014).

A economia dos municípios filiados concentra-se aproximadamente em 63% na atividade agropecuária com uma significativa produção de grãos e em 37% na indústria, comércio e serviços. Os municípios, com o apoio da AMERIOS, dão suporte e incentivo ao desenvolvimento e instalação de pequenas agroindústrias familiares, onde a principal preocupação é a agregação de valor ao produto e a viabilidade econômica das propriedades rurais da região (AMERIOS, 2014).

O estudo comparativo, pré e pós implementação do Programa Bolsa Família, foi realizado com os 17 municípios que compõem a Região da AMERIOS. Cabe ressaltar, novamente, que tratam-se todos de municípios de pequeno porte. Foram comparados os dados do Bolsa Família com a evolução dos Indicadores de Desenvolvimento Humano, Demografia, Saúde, Longevidade, Mortalidade Infantil, Fecundidade, Educação, Emprego e Renda, Pobreza, Desigualdade e Vulnerabilidade Social de cada município.

O período que foi analisado está compreendido entre os anos de 2000 e 2010, cujos dados estão disponíveis no site Atlas Brasil 2013. O objetivo é analisar a evolução desses indicadores antes (2000) e após (2010) à implementação do Programa Bolsa Família (2004).

Neste contexto têm-se os seguintes delineamentos metodológicos: a pesquisa realizada foi do tipo qualitativa e quantitativa (quali-quantitativa). Segundo Godoy (1995, p. 21) “hoje em dia a pesquisa qualitativa ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes”. Segundo Falcão e Régner (2000, p. 232) “a pesquisa quantitativa constitui-se em um trabalho que propicia que a informação que não pode ser diretamente visualizada a partir de uma massa de dados poderá sê-lo se tais dados sofrerem algum tipo de transformação que permita uma observação de outro ponto de vista”. Os autores ainda defendem que “a quantificação abrange um conjunto de procedimentos, técnicas e algoritmos destinados a auxiliar o pesquisador a extrair de seus dados subsídios para responder à(s) pergunta(s) que o mesmo estabeleceu como objetivo(s) de seu trabalho”.

Adotou-se, ainda, a estratégia do estudo de caso, que foi apoiada pela pesquisa exploratória. Para Yin (2005, p. 19) “os estudos de caso representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo “como” e “por que”, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real”. Quanto à pesquisa exploratória Vergara (1998, p. 45) defende que a mesma “é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado. Por sua natureza de sondagem, não comporta hipóteses que, todavia, poderão surgir durante ou ao final da pesquisa”.

Para apresentação dos dados e análise dos resultados adotou-se uma abordagem tanto quantitativa, quanto qualitativa, por meio de técnicas estatísticas e análise de conteúdo. Segundo Pereira (1997), a estatística pode ser considerada a tecnologia da ciência, auxiliando a pesquisa desde o seu planejamento até a interpretação dos dados. Segundo esse autor, a estatística, além de ser uma técnica de coleta e apresentação de dados (análise exploratória e descrição, gráficos e tabelas) é também modelagem (probabilidade e processos estocásticos), análise indutiva (inferência: testes e estimação) e previsão e controle (verificação). Ressalta-se que esse estudo apoiou-se na primeira definição apresentada pelo autor supracitado, ou seja, utilizou-se da estatística apenas como uma técnica de coleta e apresentação de dados, por meio de análise exploratória, gráficos e tabelas.

Quanto à Análise de Conteúdo trata-se de um conjunto de instrumentos metodológicos que se aperfeiçoam constantemente e que se aplicam a discursos diversificados, principalmente na área das ciências sociais, com objetivos bem definidos e que servem para desvendar o que está oculto no texto, mediante decodificação da mensagem (BARDIN, 2011). Ressalta-se que

este estudo utilizou-se da técnica de Análise de Conteúdo apenas durante o processo de pesquisa documental, uma vez que não foram coletados dados primários através de entrevista e/ou questionários.

As categorias que nortearam a análise dos resultados emergiram durante o processo de pesquisa documental e foram retiradas do Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004 que regulamenta a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. As mesmas são apresentadas na Tabela 1.

TABELA 1 – CATEGORIAS DE ANÁLISE

Saúde	O conceito de Saúde é bastante amplo; mas sem dúvida, a definição mais difundida é a encontrada no preâmbulo da Constituição da Organização Mundial da Saúde: “saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doenças”. Para fins deste estudo, aborda-se a Saúde como uma Política Pública de responsabilidade do Estado.
Educação	Aborda-se aqui o conceito de Educação como uma Política Pública, ou seja, aquela desenvolvida em um ambiente escolar, seja ela básica, intermediária e/ou superior.
Assistência Social	A Assistência Social, Política Pública não contributiva, é dever do Estado e direito de todo cidadão que dela necessitar. Entre os principais pilares da assistência social no Brasil estão a Constituição Federal de 1988, que dá as diretrizes para a gestão das políticas públicas, e a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), de 1993, que estabelece os objetivos, princípios e critérios das ações.

Fonte: Decreto nº 5.209 (2004).

Com base nestas diretrizes buscou-se estabelecer a relação entre os indicadores sociais dos municípios brasileiros de pequeno porte e o Programa Bolsa Família, ou seja, buscou-se identificar se após a implantação do Programa houve, de fato, melhoras nos indicadores que compõem este tripé basilar do desenvolvimento social: Saúde, Educação e Assistência Social.

APRESENTAÇÃO, ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Com vistas a demonstrar os resultados, buscou-se sintetizar as informações coletadas em tabelas interpretativas, agrupando os municípios em quatro categorias: até três mil habitantes (tabela 3), de três a seis mil habitantes (tabela 4), de seis a dez mil habitantes (tabela 5) e acima de dez mil habitantes (tabela 6). O agrupamento de municípios de acordo com o número de habitantes facilita a análise dos dados, pois a comparação de resultados é sempre mais eficaz quando os dados utilizados são de características semelhantes.

O comparativo do número de beneficiários por município pode ser observado na tabela 2. Os dados analisados nesta tabela mostram uma grande alternância no número de beneficiários nos municípios no período analisado, isso demonstra que os municípios, ou não tem uma boa gestão dos cadastros de beneficiários e trabalham com bases de dados desatualizadas, ou existe uma rotatividade de pessoas de baixa renda que entram e saem do município constantemente, ou então os efeitos esperados com o programa não estão sendo alcançados.

Na análise dos dados de 2004 em relação a 2010, observa-se que apenas o município de Saudades reduziu o número de beneficiários do programa Bolsa Família. Enquanto que analisando os dados de 2009 em relação a 2010 (últimos dois anos da análise), observa-se que os municípios que tiveram redução nos números de beneficiários foram: Bom Jesus do Oeste, Caibi, Cunhataí, Flor do Sertão, Modelo, Saltinho, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista e Saudades.

Fazendo uma comparação com o crescimento da população, observa-se que apenas os municípios de Cunhataí, Flor do Sertão, Modelo, Saudades, Cunha Porã e Maravilha tiveram um

crescimento de sua população na análise de 2000 (antes do programa Bolsa Família) em relação a 2010 (após a implantação do programa Bolsa Família). Comparando o crescimento da população (2000 para 2010) com o número de beneficiários do Bolsa Família (2004 em relação a 2010), observa-se que apenas Saudades teve um crescimento de sua população e redução no número de beneficiários do programa Bolsa Família.

Já na comparação do número de beneficiários do programa Bolsa Família de 2009 e 2010 em relação ao crescimento da população de 2000 e 2010, observa-se que apenas os municípios de Cunhataí, Flor do Sertão, Modelo e Saudades reduziram o número de beneficiários mesmo tendo um aumento no número de habitantes.

Esses dados comparativos mostram que nos municípios que tiveram redução no número de beneficiários, mesmo com o aumento no número de habitantes, as políticas do Programa Bolsa Família estão sendo aplicadas com maior eficiência do que nos demais municípios.

TABELA 2 – NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA POR MUNICÍPIO

Ano/ Nº de Famílias	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Bom Jesus do Oeste	115	139	164	150	124	139	117
Caibi	172	230	264	332	302	282	264
Cunha Porã	156	328	396	304	270	313	346
Campo Erê	214	649	670	692	616	582	604
Cunhataí	46	65	65	55	54	76	56
Flor do Sertão	59	72	71	80	58	122	104
Iraceminha	134	174	252	242	215	219	257
Maravilha	339	434	496	451	384	485	631
Modelo	95	88	124	130	118	149	148
Palmitos	344	632	635	662	616	645	698
Riqueza	148	174	270	266	201	251	256
Romelândia	106	221	360	350	360	352	380
Saltinho	49	228	204	230	224	317	283
Santa Terezinha do Progresso	74	196	199	184	182	234	231
São Miguel da Boa Vista	50	126	109	111	109	102	89
Saudades	171	183	192	176	155	146	144
Tigrinhos	58	81	119	132	113	115	120

Fonte: Federação Catarinense de Municípios (2014).

Analisando a evolução dos indicadores antes da implantação do programa (2000) e após a implantação (2010), dos municípios com até três mil habitantes (Bom Jesus do Oeste, Cunhataí, Flor do Sertão, São Miguel da Boa Vista e Tigrinhos) demonstrados na tabela 3, observa-se que todos os municípios tiveram uma melhora significativa em todos os indicadores analisados, destacando o crescimento do “IDHM” (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) e “renda per capita”, e a redução dos índices de “% de extremamente pobres” e “% de pobres”.

Observa-se também que mesmo com essa melhora significativa, alguns municípios ainda necessitam melhorar alguns indicadores, especialmente o “% percentual de 15 a 17 anos com fundamental completo”, “mortalidade infantil”, “Índice de Gini” e “% de vulneráveis à pobreza”.

Outro dado de análise interessante é a baixa “taxa de desocupação – 18 anos ou mais” e a grande redução no índice “taxa de fecundidade total (filhos por mulher)” desses pequenos municípios.

Em uma análise mais detalhada desse grupo de municípios pode-se observar que o crescimento mais impactante com a criação do Bolsa Família está relacionado a situação

econômica das pessoas. Por serem municípios essencialmente agrícolas, e conseqüentemente não haver oferta de empregos, esses municípios possuíam renda per capita muito baixa, o que deixava a grande maioria de sua população em situação vulnerável à pobreza. Observa-se que antes do programa Bolsa Família uma média de 57,16 % das pessoas desses municípios estavam vulneráveis à pobreza, e em 2010 após 7 anos de implantação do programa esse número médio entre os municípios de vulneráveis à pobreza caiu para 18,55%.

TABELA 3 - EVOLUÇÃO DOS INDICADORES (MUNICÍPIOS ATÉ 3 MIL HABITANTES)

	BJ do Oeste		Cunhataí		Flor Sertão		SMD Boa Vista		Tigrinhos	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
IDHM	0,569	0,712	0,651	0,754	0,588	0,708	0,548	0,710	0,538	0,717
% de 5 a 6 anos na escola	83,32	90,79	90,08	100,00	100,00	100,00	82,26	100,00	89,38	100,00
% de 11 a 13 anos nos anos finais ou ensino fundamental completo	92,15	91,86	92,43	94,34	72,39	98,61	92,62	97,04	92,59	100,00
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	50,94	72,13	64,94	72,64	50,65	64,57	63,73	76,99	54,80	89,15
Esperança de vida ao nascer (em anos)	74,11	74,82	77,24	78,17	69,07	72,52	69,07	72,67	70,96	75,76
População Total	2.150	2.132	1.822	1.882	1.232	1.588	2.018	1.904	1.878	1.757
Taxa de fecundidade total (filhos por mulher)	2,1	1,9	2,6	1,9	2,9	2,0	2,5	2,3	2,7	1,5
Renda per capita	278,83	728,09	563,16	1.009,05	447,80	778,06	287,84	767,85	226,80	579,87
% de extremamente pobres	9,95	0,56	5,38	0,12	9,85	3,70	18,35	1,69	19,41	3,86
% de pobres	33,70	4,04	13,80	1,96	29,62	7,39	42,71	9,06	40,35	11,25
Índice de Gini	0,44	0,39	0,51	0,46	0,57	0,48	0,54	0,50	0,43	0,41
Taxa de desocupação – 18 anos ou mais	0,85	0,93	0,00	0,26	0,00	0,50	0,52	0,74	0,00	1,96
Mortalidade Infantil	19,00	13,80	13,50	9,50	30,50	17,30	30,50	17,10	25,80	12,50
% de vulneráveis à pobreza	62,00	13,23	38,66	9,27	53,76	20,70	62,15	24,52	69,25	25,05

Fonte: Atlas Brasil (2013)

Analisando a evolução dos indicadores dos municípios de três a cinco mil habitantes (Iraceminha, Modelo, Saltinho e Santa Terezinha do Progresso) demonstrados na tabela 4, observa-se que todos os municípios tiveram uma melhora significativa em todos os indicadores analisados, especialmente o “IDHM” (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), “% de 5 a 6 anos na escola”, “% de 11 a 13 anos finais ou ensino fundamental completo” e “renda per capita”.

Em contrapartida alguns indicadores mesmo tendo o crescimento, ainda necessitam de melhorias, especialmente os Índices de “% de extremamente pobres”, “% de pobres”, “índice de Gini” e “% de vulneráveis à pobreza” que ainda possuem índices preocupantes em alguns municípios deste grupo de análise, especialmente nos municípios de Saltinho e Santa Terezinha do Progresso.

TABELA 4 - EVOLUÇÃO DOS INDICADORES (MUNICÍPIOS DE 3 A 5 MIL HABITANTES)

	Iraceminha		Modelo		Saltinho		STA do Progresso	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
IDHM	0,606	0,722	0,630	0,760	0,535	0,654	0,551	0,682
% de 5 a 6 anos na escola	87,77	98,12	100,00	100,00	57,50	92,99	88,72	88,93
% de 11 a 13 anos nos anos finais ou ensino fundamental completo	93,50	92,01	83,38	97,40	76,90	92,85	80,69	91,13
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	58,16	75,72	50,35	67,93	47,38	70,27	36,09	86,11
Esperança de vida ao nascer (em anos)	72,12	75,71	73,88	78,17	69,07	72,68	70,49	72,45
População Total	4.592	4.253	3.930	4.045	4.196	3.961	3.416	2.896
Taxa de fecundidade total (filhos por mulher)	2,1	1,5	2,4	1,8	2,9	2,4	3,3	2,1
Renda per capita	394,83	663,24	447,96	858,23	325,89	427,12	349,78	572,73
% de extremamente pobres	5,21	2,32	8,24	0,40	24,94	14,27	17,20	19,89
% de pobres	19,24	9,03	24,18	3,58	38,33	25,20	35,39	25,49
Índice de Gini	0,44	0,43	0,52	0,43	0,54	0,50	0,53	0,56
Taxa de desocupação – 18 anos ou mais	1,85	0,45	3,42	0,83	0,81	0,49	1,11	0,82
Mortalidade Infantil	23,10	12,60	19,50	9,50	30,50	17,10	26,90	17,50
% de vulneráveis à pobreza	46,92	21,35	44,70	10,09	55,12	44,68	53,18	38,56

Fonte: Atlas Brasil (2013)

Na análise dos municípios de cinco a dez mil habitantes (Caibi, Riqueza, Romelândia e Saudades) demonstrados na tabela 5, observa-se que todos os municípios também tiveram uma melhora significativa nos indicadores analisados, especialmente o “IDHM” (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), “% de 5 a 6 anos na escola”, “% de 11 a 13 anos finais ou ensino fundamental completo”, “renda per capita”, “% de extremamente pobres”, “% de pobres” e “índice de Gini”.

Em contrapartida alguns indicadores mesmo tendo o crescimento, ainda necessitam de melhorias, especialmente os Índices de “% de 15 a 17 anos com fundamental completo” e “% de vulneráveis à pobreza” que não atingiram níveis desejáveis especialmente nos municípios de Caibi, Riqueza e Romelândia.

Nesse grupo de municípios analisados, chama a atenção os números do município de Saudades que atingiu bons índices de crescimento e melhorias em todos os quesitos analisados.

TABELA 5 - EVOLUÇÃO DOS INDICADORES (MUNICÍPIOS DE 5 A 10 MIL HABITANTES)

	Caibi		Riqueza		Romelândia		Saudades	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
IDHM	0,631	0,728	0,606	0,714	0,534	0,692	0,635	0,755
% de 5 a 6 anos na escola	82,33	100	79,13	94,83	62,17	96,37	84,00	100,00
% de 11 a 13 anos nos anos finais ou ensino fundamental completo	65,16	95,86	77,41	96,17	79,06	92,47	80,65	93,33
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	63,39	62,43	50,81	74,65	41,11	61,43	63,66	85,73
Esperança de vida ao nascer (em anos)	73,85	74,82	72,39	74,79	69,49	73,01	74,22	75,97
População Total	6.354	6.219	5.166	4.838	6.491	5.551	8.324	9.016
Taxa de fecundidade total (filhos por mulher)	2,7	1,6	3,2	2,1	3,4	2,3	2,6	1,6
Renda per capita	567,75	783,57	462,34	629,81	285,22	791,78	466,91	719,94
% de extremamente pobres	6,64	1,68	6,96	1,94	16,50	2,36	5,33	0,43
% de pobres	18,69	6,06	18,29	7,99	31,50	6,47	15,83	1,98
Índice de Gini	0,55	0,44	0,52	0,44	0,47	0,47	0,50	0,33

Taxa de desocupação – 18 anos ou mais	4,13	0,84	2,00	0,75	2,76	1,79	1,08	0,97
Mortalidade Infantil	19,50	13,80	22,60	13,90	29,40	16,60	18,80	12,20
% de vulneráveis à pobreza	40,52	16,72	42,05	23,45	59,51	21,18	40,50	7,85

Fonte: Atlas Brasil (2013)

Enquanto que na análise dos municípios com mais de dez mil habitantes (Cunha Porã, Campo Erê, Maravilha e Palmitos) demonstrados na tabela 6, observa-se da mesma forma que todos os municípios tiveram uma melhora significativa nos indicadores analisados, especialmente o “IDHM” (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), “renda per capita”, “% de extremamente pobres”, “% de pobres” e “índice de Gini”.

Em contrapartida alguns indicadores mesmo tendo o crescimento, ainda necessitam de melhorias, especialmente os Índices de “% de 15 a 17 anos com fundamental completo” e “% de vulneráveis à pobreza” que não atingiram níveis desejáveis especialmente no município de Campo Erê.

Nesse grupo de municípios analisados, chama a atenção os números dos indicadores em relação à Educação, pois todos os índices embora tenham crescido, ainda estão com percentuais baixos, o que demonstra que o controle de crianças que frequentam as escolas é mais difícil de ser realizado em municípios maiores.

Por outro lado as pessoas desse grupo de municípios possuem um percentual menor de vulnerabilidade à pobreza, exceto no município de Campo Erê que ainda possui um percentual elevado nesse quesito.

TABELA 6 - EVOLUÇÃO DOS INDICADORES (MUNICÍPIOS COM MAIS DE 10 MIL HABITANTES)

	Cunha Porã		Campo Erê		Maravilha		Palmitos	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
IDHM	0,635	0,742	0,560	0,690	0,685	0,781	0,619	0,737
% de 5 a 6 anos na escola	79,20	92,48	72,92	94,02	88,07	95,10	67,71	93,13
% de 11 a 13 anos nos anos finais ou ensino fundamental completo	80,46	94,24	68,29	89,93	87,38	94,66	76,46	95,63
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	56,84	82,38	34,58	61,37	58,12	74,50	44,53	63,37
Esperança de vida ao nascer (em anos)	71,90	73,24	70,49	72,21	74,16	78,17	72,37	75,13
População Total	10.229	10.613	10.353	9.370	18.521	22.101	16.034	16.020
Taxa de fecundidade total (filhos por mulher)	2,1	1,4	3,6	2,2	2,2	1,5	2,8	1,7
Renda per capita	559,67	821,86	334,69	631,08	583,00	896,02	605,47	887,50
% de extremamente pobres	4,66	0,00	20,37	4,59	3,62	0,39	5,32	1,59
% de pobres	14,00	1,34	40,19	13,16	13,15	2,14	14,10	4,37
Índice de Gini	0,53	0,38	0,59	0,51	0,51	0,45	0,56	0,46
Taxa de desocupação – 18 anos ou mais	3,67	1,80	13,75	4,62	6,14	2,57	3,47	2,11
Mortalidade Infantil	23,60	16,20	26,90	17,90	18,90	9,50	22,60	13,40
% de vulneráveis à pobreza	34,87	9,56	61,83	31,56	31,92	10,80	37,73	14,71

Fonte: Atlas Brasil (2013)

Fazendo uma análise geral de todos os municípios da região da AMERIOS, observa-se que em 2000 a região possuía uma população total de 106.706 habitantes e no ano do lançamento do programa Bolsa Família, em 2004, a região possuía 2.330 beneficiários no programa, ou seja, 2,18 % da população recebiam benefícios do Bolsa Família. Esses números

tiveram um grande crescimento no ano de 2005 quando atingiu o número de 4.020 beneficiários, ou seja, 3,77% da população desta região. Número esse que praticamente se manteve no decorrer dos anos, demonstrando que a gestão do programa principalmente na questão do cadastramento dos beneficiários foi eficiente em todos os municípios.

No último ano de análise (2010) a região possuía uma população de 108.146 habitantes, destes 4.728 são beneficiários do programa, ou seja, de 4,37% da população recebe benefícios do Bolsa Família.

Analisando a evolução do número de beneficiários em relação à população, conforme tabela 7, observa-se que os seis municípios com maiores percentuais de beneficiários do programa Bolsa Família em relação à população no ano de 2010, são em ordem: Santa Terezinha do Progresso, Saltinho, Romelândia, Tigrinhos, Flor do Sertão e Campo Erê. Observa-se que todos eles tiveram um crescimento significativo do número de beneficiários de 2004 em relação a 2010 e que apenas o município de Flor do Sertão teve um aumento no número de habitantes, sendo que os demais municípios todos reduziram seus números de habitantes. Isso serve como um sinal de alerta em relação à eficiência do programa, pois o número de beneficiários em relação à população não está diminuindo nos municípios, o que pode provocar certo comodismo dos beneficiários em relação aos benefícios recebidos.

Na análise geral dos indicadores o que chama a atenção é que todos os municípios antes da implantação do programa possuíam índices elevadíssimos de “% de extremamente pobres”, “% de pobres” e “% de vulneráveis a pobreza” e que após a implantação do programa Bolsa Família esses índices caíram consideravelmente. Mas mesmo com essa queda nos índices, ainda é possível observar que a grande maioria dos municípios analisados ainda possui o índice “% de vulneráveis à pobreza” um tanto elevado. Isso se comparado com o crescimento do número de beneficiários do programa Bolsa Família dos municípios deixa claro que a população ainda está dependendo deste benefício, e que em caso de sua extinção essas pessoas vulneráveis à pobreza poderão voltar para a classe pobre e extremamente pobre de cada município.

Outro dado importante encontrado no contexto geral da análise é a redução do índice de Gini na grande maioria dos municípios, provando que a renda está começando a ser distribuída mais igualmente entre as pessoas, ou seja, não está ficando concentrada nas mãos de uma minoria. Ressalta-se que o Índice de Gini é um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos tem a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar (ATLAS BRASIL, 2013).

Observa-se também no contexto geral que um dos maiores resultados obtidos com o programa está no aumento dos índices da educação, onde todos os municípios possuem índices excelentes no “% de 5 a 6 anos na escola” e “% de 11 a 13 anos nos anos finais ou ensino fundamental completo”. Já o índice do “% de 15 a 17 anos com fundamental completo” embora tenha tido um bom crescimento, ainda deixa a desejar na grande maioria dos municípios. Esse dado ainda é um tanto preocupante, pois nos mostra que os jovens ainda não estão com interesse na continuação de seus estudos, talvez isso decorra da influência negativa vinda culturalmente dos membros mais velhos da família, em que não tinham essa cultura e incentivos para a formação escolar.

Outra análise que merece destaque é em relação à “taxa de desocupação – 18 anos ou mais” que fechou o ano de 2010 com baixos índices em toda a região, especialmente em municípios de até 10 mil habitantes, onde a média geral desses municípios fica em 0,87%. Já nos municípios com mais de 10 mil habitantes essa taxa chega numa média de 2,77%. Esse dado é muito importante, pois analisa a ocupação da população economicamente ativa, e nos municípios analisados essa faixa da população está praticamente toda em atividade.

TABELA 7 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA POR MUNICÍPIO

Ano/ N° de Famílias	2004	% da população 2004	2005	% da população 2005	2010	% da população 2010
Saudades	171	2,05	183	2,20	144	1,60
Maravilha	339	1,83	434	2,34	631	2,86
Cunhataí	46	2,52	65	3,57	56	2,98
Cunha Porã	156	1,53	328	3,21	346	3,26
Modelo	95	2,42	88	2,24	148	3,66
Caibi	172	2,71	230	3,62	264	4,25
Palmitos	344	2,15	632	3,94	698	4,36
São Miguel da Boa Vista	50	2,48	126	6,24	89	4,67
Riqueza	148	2,86	174	3,37	256	5,29
Bom Jesus do Oeste	115	5,35	139	6,47	117	5,49
Iraceminha	134	2,92	174	3,79	257	6,04
Campo Erê	214	2,07	649	6,27	604	6,45
Flor do Sertão	59	4,79	72	5,84	104	6,55
Tigrinhos	58	3,09	81	4,31	120	6,83
Romelândia	106	1,63	221	3,40	380	6,85
Saltinho	49	1,17	228	5,43	283	7,14
Santa Terezinha do Progresso	74	2,17	196	5,74	231	7,98

Fonte: Elaborado pelos autores.

Fecha-se, desta forma, com um panorama geral de todos os municípios analisados e a seguir é apresentada uma síntese dos principais resultados obtidos por categoria de análise (Tabela 8).

TABELA 8 – PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS POR CATEGORIAS DE ANÁLISE

Saúde	<ul style="list-style-type: none"> - Crescimento do “IDHM” (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal); - Melhora do índice “mortalidade infantil”; - Diminuição da “taxa de fecundidade total (filhos por mulher)”.
Educação	<ul style="list-style-type: none"> - Crescimento do “IDHM” (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal); - Melhora do índice “% percentual de 15 a 17 anos com fundamental completo”; - Melhora do índice “% de 5 a 6 anos na escola”; - Melhora do índice “% de 11 a 13 anos finais ou ensino fundamental completo”.
Assistência Social	<ul style="list-style-type: none"> - Crescimento do “IDHM” (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal); - Aumento da “renda per capita”; - Redução dos índices de “% de extremamente pobres” e “% de pobres”; - Melhora do “Índice de Gini”; - Melhora do índice “% de vulneráveis à pobreza”; - Diminuição da “taxa de desocupação – 18 anos ou mais”.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Pode-se observar que a categoria que apresenta os principais resultados é a Assistência Social, isso se explica pelo fato do Programa Bolsa Família ser justamente um Programa de Assistência Social, que visa a melhoria da condição de vida das pessoas que vivem a “margem” da sociedade, em situação de “pobreza” e “extrema pobreza”, ou seja, em condição de “vulnerabilidade socioeconômica”.

No entanto, verifica-se que as categorias Saúde e Educação também apresentam resultados relevantes, com melhoras significativas em seus indicadores, com especial destaque aos ligados às crianças e adolescentes, com a diminuição da mortalidade infantil e o aumento significativo do percentual de crianças e adolescentes frequentando a escola.

Evidencia-se ainda que o crescimento do IDHM mostra-se como um importante resultado para todas as Categorias de Análise, pois trata-se de um índice transversal que mede diversas áreas, a saber: longevidade, que está ligada a categoria da Saúde, pois melhores condições de saúde permitem uma maior longevidade; educação, que como o próprio nome sugere está ligada a categoria da Educação e por fim; renda, que está ligada a categoria da Assistência Social, pois envolve questões ligadas principalmente a transferência de renda, sendo este, inclusive, uns dos principais propósitos do Programa Bolsa Família.

Neste contexto, a categoria Assistência Social merece novamente ser destacada, pois é aqui que encontram-se os principais indicadores do Programa Bolsa Família, um bom exemplo disso, é o “Índice de Gini”, pois este índice visa medir a distribuição de renda, sendo que o Bolsa Família é justamente um Programa de Transferência de Renda, então a melhora neste índice comprova a eficiência do Programa. Não pode-se deixar de citar, ainda, nesta categoria, a diminuição do percentual de pobres e extremamente pobres, além do aumento do percentual de ocupação da população economicamente ativa, pois estes são justamente os principais objetivos do Bolsa Família, retirar as famílias da condição de “vulnerabilidade socioeconômica” e inserir seus integrantes, em idade economicamente ativa, no mercado de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou como objetivo geral analisar os reflexos do Programa Bolsa Família nos indicadores sociais de municípios brasileiros de pequeno porte. Nesta perspectiva, verificou-se que o Programa Bolsa Família, de fato, teve reflexos positivos significativos nos indicadores sociais dos municípios em questão.

Ressalta-se que a Categoria de Análise que apresentou os resultados mais significativos foi a Assistência Social, que guarda íntima relação com o Programa Bolsa Família e seus principais objetivos, como a questão da distribuição de renda, da diminuição dos percentuais de pobres e extremamente pobres e do aumento da taxa de ocupação da população economicamente ativa.

Salienta-se, no entanto, que as Categorias de Análise Saúde e Educação também apresentaram resultados significativos, embora menos impactantes do que os apresentados pela categoria Assistência Social. Importante destacar que os resultados obtidos vêm ao encontro das teorias que emergiram durante a pesquisa bibliográfica, o que dá maior sustentação aos mesmos.

Cabe ainda ressaltar que o presente estudo apresenta algumas limitações, como o fato de ter-se utilizado apenas de fontes secundárias para obtenção dos dados, o que conseqüentemente limita as possibilidades de análise a dados já existentes. Além disso, a utilização de dados secundários não permite uma maior aproximação dos municípios estudados, não possibilitando desta forma considerar as particularidades de cada município nas análises. O fato de terem sido utilizadas apenas três dimensões (Saúde, Educação e Assistência Social) como categorias de análise, também pode ser encarado como uma limitação do estudo, pois em um universo infinito de possibilidades a utilização de outras dimensões fatalmente poderia culminar em resultados

diferentes.

Portanto, deixa-se como sugestão de novos estudos que se realize uma pesquisa utilizando-se de dados primários, que permitam uma maior aproximação dos municípios pesquisados, bem como, que permitam considerar as particularidades dos mesmos. Sugere-se também realizar uma pesquisa fazendo uso de outras dimensões, a fim de auferir os resultados aqui apresentados.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ENTRE RIOS. **Histórico da AMERIOS**. Disponível em: <http://www.amerios.org.br/conteudo/?item=516&fa=1&cd=61144>. Acesso em: 28 de agosto de 2014.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL 2013. **Perfil Municipal**. Disponível em: www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/. Acesso em: 02 de agosto de 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004. Regulamenta a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 20 de Set. de 2004.

BRASIL. Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 12 de Jan. de 2004.

BUSTELO, E.S. Planejamento e Política Social. In: BROMLEY, R. & BUSTELO, E.S. **Política X Técnica no Planejamento**. São Paulo: Brasiliense/UNICEF, 1982, p.132-152.

CARLEY, Michael. **Indicadores sociais: teoria e prática**. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.

FALCÃO, J. T. da R.; RÉGNIER, J. Sobre os Métodos Quantitativos na Pesquisa em Ciências Humanas: riscos e benefícios para o pesquisador. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 81, n. 198, p. 229-243, 2000.

FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS. **Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável**. Disponível em: <http://indicadores.fecam.org.br/>. Acesso em: 17 de Agosto de 2014.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n.3, p. 20-29, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativas de População**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2013/>. Acesso em: 15 de Setembro 2014.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. 51-72, jan./fev. 2002.

JANNUZZI, P.M.; PASQUALI, F.A. Estimação de demandas sociais para fins de formulação de políticas públicas municipais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.33, n.2, p.75-94, 1999.

LÍCIO, Elaine Cristina. Contribuições do Programa Bolsa Família para a Gestão das Políticas Sociais. **Revista do Serviço Público**, Brasília, 64 (3), 309-326, jul./set. 2013.

LOURENÇO, Luana. Valor do Benefício Básico do Bolsa Família. **Empresa Brasil de Comunicação**, 2014. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/sobre-a-ebc/a-empresa>. Acesso em: 09 de agosto de 2014.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA PARA SUPERACÃO DA EXTREMA POBREZA. **Plano Brasil Sem Miséria**. Brasília: ENAP, 2011.

MONTEIRO, Doraliza A. Abranches et al. Análise dos Indicadores Sociais Brasileiros Pré e Pós Implementação do Programa Bolsa Família. **Revista Administração Pública e Gestão Social**. Viçosa, v.2., n.3, pp. 317-338, jul./set. 2010.

PEREIRA, B. B. Estatística: A Tecnologia da Ciência. **Boletim da Associação Brasileira de Estatística**, ano XIII, no. 37, 2º Quadrimestre, 1997.

SACHS, Jeffrey. Os investimentos necessários para acabar com a pobreza. In: SACHS, Jeffrey. **O fim da pobreza: como acabar com a miséria mundial nos próximos 20 anos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, M. O. S; YAZBEK, M. C; GIOVANNI; G. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 1998.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

Recebido para publicação em 8 de março 2017

Aceito para publicação em 12 de abril de 2017